

O cotidiano na colônia alemã de Juiz de Fora/MG: memórias dos descendentes dos imigrantes

• Revista  **mosaico**

Rita de Cássia Lara
Couto¹
<https://orcid.org/0000-0002-5120-0358>

Daily life in the German colony of Juiz de Fora/MG: memories of descendants of immigrants

Resumo

O artigo busca refletir acerca do cotidiano na colônia Dom Pedro II, em Juiz de Fora, a partir das memórias dos descendentes dos imigrantes alemães e tirolezes que a constituíram em 1858. Para alcançar o objetivo proposto, foram realizadas entrevistas de história oral com descendentes, que permitem compreender como estes perceberam a vida na colônia e como a memória familiar é fundamental na transmissão de experiências e de cultura nos grupos sociais. As memórias individuais estão entrelaçadas nas redes múltiplas de relacionamentos e, ao recontar suas próprias trajetórias, as de seus antepassados e de seus vizinhos, os depoentes revelaram nuances da herança imaterial legada pelos imigrantes, que complementam as fontes documentais e sinalizam a relação entre história e memória.

Palavras-chave: Imigração alemã; História Oral; Memória.

Abstract

The article seeks to reflect on the daily life in the Dom Pedro II colony, in Juiz de Fora, from the memories of the descendants of the German and Tyrolean immigrants who constituted it in 1858. To achieve the proposed objective, oral history interviews were conducted with descendants, which allow us to understand how they perceived life in the colony and how family memory is fundamental in the transmission of experiences and culture in social groups. Individual memories are intertwined in multiple relationships and, by recounting their own trajectories, those of their ancestors and their neighbors, the deponents revealed nuances of the immaterial heritage bequeathed by immigrants, which complement the documentary sources and also signal the relationship between history and memory.

Keywords: German immigration; Oral history; Memory.

Introdução

“Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”. Partindo desta afirmação feita por Halbwachs (2003, p. 69), procuramos delinear neste trabalho, por meio das lembranças de netos e bisnetos dos imigrantes germânicos, uma abordagem do modo de vida na colônia alemã de Juiz de Fora (MG) nas primeiras décadas do século XX.

A memória familiar é fundamental na transmissão de experiências e de cultura nos grupos sociais e, com este propósito, apresentamos neste texto trechos das narrativas feitas por Albertina Peters Schuchter e Maria Perpétua Hagale Machado, netas de colonos alemães e tirolezes, e Maria do Carmo Brandel Damasceno, bisneta.

Optamos pela realização de entrevistas de história oral, especialmente as de história de vida, que seguem o fio das experiências vividas e herdadas pelo depoente desde a infância até o momento de registro daquela fala. Esta metodologia foi utilizada porque permite recuperar as experiências e impressões pessoais - que normalmente não estão registradas em fontes de outra natureza -, além de documentar e atualizar as formas como o passado foi e ainda continua sendo percebido e interpretado (POLLAK, 1992; ALBERTI, 2013).

As entrevistas de história oral feitas com os descendentes dos imigrantes germânicos são registros por meio dos quais é possível a “construção e interpretação do passado atualizada através da linguagem falada” (ALBERTI, 2013) e permitem não apenas compreender como cada um dos depoentes percebeu a vida na colônia, mas também observar aquela sociedade através de quem nela viveu.

Por isso, não é possível desassociar história oral e memória. A história oral documenta, com o amparo da memória, narrativas possíveis da história, lembranças que são vestígios históricos em constante evolução graças ao incessante movimento entre o lembrar e o esquecer (NORA, 1993; POLLAK, 1989;1992; ALBERTI, 2013).

Assim, a memória se torna fonte de pesquisa para os historiadores por sua relação entre passado, presente e até mesmo futuro; por sua capacidade de trabalhar e reanalisar o acontecimento, sob o ponto de vista daquele que o relembra

e com influência, ainda que inconsciente, de quem conduz a entrevista. Afinal, os registros de história oral são fruto da interação entre entrevistado e entrevistador e da ação de interpretar o passado e de (re)construir memórias (POLLAK, 1992; ALBERTI, 2013). De acordo com Verena Alberti (1996, p. 4), as entrevistas de história oral e a relação entre quem fala e quem escuta podem ser consideradas como estratégias para “chamar a atenção para aquilo que se quer guardar como concebido legítimo, como memória”.

A memória, por sua vez, é elemento constituidor da identidade social. Ambos – memória e identidade – podem ser negociados em conflitos dentro e fora do grupo (POLLAK, 1992) e essas disputas são evidenciadas na diversidade dos acontecimentos lembrados, pois “conceber o passado é também negociar e disputar significados e desencadear ações” (ALBERTI, 2004, p. 33). As lembranças registradas nas entrevistas de história oral devem, portanto, ser observadas como “uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas” (PORTELLI, 1996, p.106).

Por isso, a memória precisa estar conectada a processos históricos mais amplos e, nos relatos das entrevistas utilizadas neste trabalho, é notável o quanto as lembranças individuais estão entrelaçadas nas redes múltiplas em que cada uma das entrevistadas estava envolvida. Ao recontar suas próprias trajetórias, as de seus antepassados e de seus vizinhos, elas revelaram nuances da herança imaterial legada pelos imigrantes, que complementam e enriquecem as fontes documentais, os periódicos e as fotografias.

Por fim, no presente artigo analisamos também, como lugar de memória, alguns aspectos dos acervos documental, fotográfico e de objetos familiares, preservados no Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly, instituição cultural fundada em Juiz de Fora em 1967 com o objetivo de resgatar e resguardar a história e a memória da presença germânica na cidade.

Imigração alemã em Juiz de Fora

Pequeno povoado no interior de Minas Gerais, a meio caminho de Ouro Preto e do Rio de Janeiro, a então Vila de Santo Antônio do Paraibuna (futura Juiz

de Fora) foi o local escolhido pelo empresário Mariano Procópio Ferreira Lage para instalar a Colônia Alemã Dom Pedro II. Entre 1853 e 1854, pouco antes de ser elevada à condição de cidade, por meio da Lei 759, de 02 de maio de 1856, a localidade possuía 6.466 habitantes, dos quais 2.441 eram livres e 4.025 viviam na condição de escravos (LACERDA, 2002).

A economia local fundamentava-se na agricultura, especialmente cafeeira, e a chegada de quase 1200 imigrantes alemães e tirolezes em 1858 repercutiu na recém-criada cidade não apenas pelo aumento expressivo da população, mas também pelas expectativas depositadas neste novo empreendimento, uma vez que estes estrangeiros eram, em sua maioria, trabalhadores especializados que poderiam incrementar a oferta de serviços e produtos em Juiz de Fora.

A Colônia Dom Pedro II foi uma iniciativa da Companhia União e Indústria, empresa fundada pelo mineiro Mariano Procópio Ferreira Lage, com amparo do Decreto Imperial nº 1031, de 07 de agosto de 1852, que concedia à Companhia o privilégio exclusivo para construir e explorar, durante 50 anos, uma estrada ligando Juiz de Fora (MG) a Petrópolis (RJ) e para estabelecer uma colônia de imigrantes.

A previsão era contratar, no período de três anos, cerca de 400 famílias alemãs, totalizando duas mil pessoas (LAGE, 1857, p. 17-20), número que nunca foi alcançado. Em dezembro de 1857, Ferreira Lage enviou à Alemanha um representante, que ajustou com o agenciador Dr. F. Schmidt o engajamento dos colonos. Entre os meses de abril e início de agosto de 1858, foram enviados com destino a Juiz de Fora 1173 alemães e tirolezes, que deixaram o porto de Hamburgo a bordo de cinco veleiros: *Tell*, *Rhein*, *Gundela*, *Gessner* e *Osnabrück*. Pouco mais tarde, outros 20 germânicos chegaram nas barcas *Caesar*, *Erbprinz Friedrich August*, *Antilope* e *Elise*, totalizando 1193 colonos, em sua maioria artesãos especializados e agricultores (COUTO, 2018).

Antes de deixarem Hamburgo com destino ao porto do Rio de Janeiro, todos os chefes das famílias imigrantes assinaram um contrato de trabalho bilíngue (alemão-português) com a Companhia União e Indústria, no qual estavam previstos seus direitos e deveres, além dos valores das despesas da viagem, que poderiam ser adiantados pela contratante, com prazo para pagamento de quatro anos sem juros. O documento indicava que seria oferecida habitação gratuita por um ano e que a empresa tomaria as providências necessárias para que os contratados e suas

famílias pudessem trabalhar e receber salário diário nunca inferior a 1\$500. Além disso, foram determinadas também as medidas e as condições de pagamento dos terrenos que seriam vendidos aos colonos (COUTO, 2018).

Após a travessia do Atlântico, pouco depois de chegarem ao Rio de Janeiro, os imigrantes embarcaram no trem da 'Estrada de Ferro Mauá' (Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis) e se dirigiram até a Raiz da Serra da Estrela. Dali puseram-se a caminho de Juiz de Fora, passando por Petrópolis, seguindo a pé e em carroças o curso da Estrada União e Indústria, cujas obras tiveram início dois anos antes, em 1856.

Para instalar a Colônia Dom Pedro II, o empresário Mariano Procópio adquiriu uma grande extensão de terras, que distava cerca de quatro quilômetros da sede do município de Juiz de Fora. A área foi demarcada e dividida em terrenos (prazos), cada um com a medida mínima de 20 mil braças quadradas (96.800 m²), que equivalem a dois alqueires mineiros. Cada lote recebeu um número e os colonos podiam adquirir uma unidade ou mais, como fez o imigrante tirolês David Larcher, antepassado de Maria do Carmo Brandel Damasceno, uma de nossas entrevistadas. Ele era o proprietário dos prazos nº 157 e 158. Já o alemão Sebastian Kunz, bisavô de Albertina Peters Schuchter, adquiriu somente o nº 108 (COUTO, 2018).

Depois de comprarem seus terrenos, os colonos deitavam abaixo a mata para cultivar o solo e construir a moradia provisória, feita com a madeira das árvores derrubadas, que também era vendida como lenha na cidade. Posteriormente, essas casas foram substituídas por outras, nas quais foi empregada largamente a técnica germânica chamada *Backstein*, ou seja, construções de tijolos maciços aparentes, cobertas com telhas de barro e com portas e janelas de madeira.

Vestígios da colônia

Passados mais de 160 anos da chegada dos imigrantes germânicos em Juiz de Fora, a área da antiga Colônia Dom Pedro II corresponde atualmente à toda a zona oeste da cidade (incluindo os atuais bairros São Pedro e Borboleta) e enfrenta crescente especulação imobiliária.

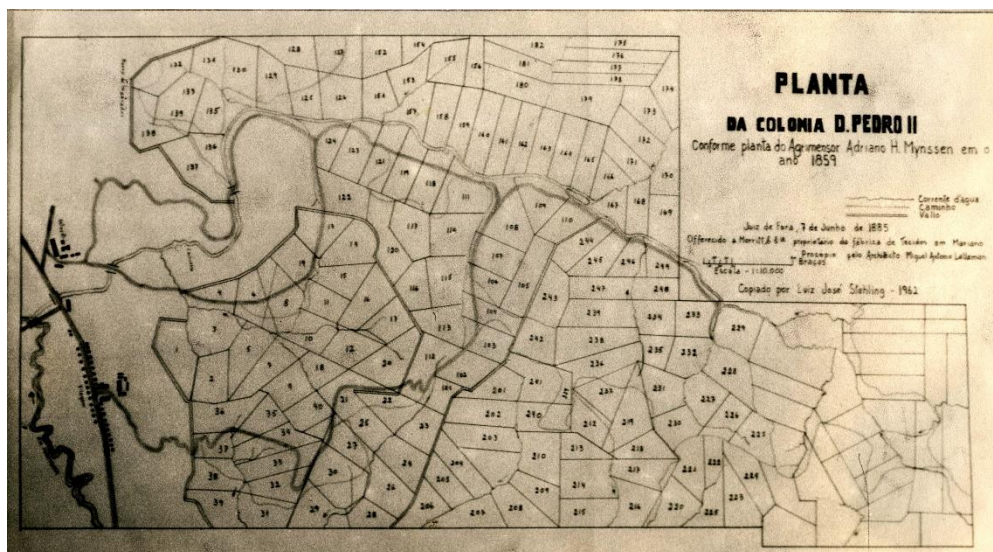


Figura 1 – Planta da Colônia Dom Pedro II.

Fonte: STEHLING, 1979, p. 197.

Os prazos nº 157 e 158, que pertenciam à família de David Larcher, por exemplo, foram loteados no final da década de 1950 e subdivididos em 476 lotes, conforme planta arquivada na Secretaria Municipal de Sustentabilidade em Meio Ambiente e Atividades Urbanas - SESMAUR. Segundo dados recentemente publicados pelo jornal Tribuna de Minas, nos últimos quatro anos 40% dos projetos de construção civil aprovados pela Prefeitura de Juiz de Fora localizam-se na área da antiga colônia alemã (CIDADE, 2022).

Apesar de todo o crescimento demográfico, dezenas de famílias descendentes dos imigrantes alemães e tirolezes continuam a residir no mesmo local, nas mesmas terras adquiridas por seus antepassados no final da década de 1850. A área ocupada pela Colônia Dom Pedro II se transformou, mas persistem vestígios antigos que permitem acessar outro tempo e Halbwachs (2003, p. 153) nos recorda que “a subsistência desses vestígios basta para explicar a permanência e a continuidade do tempo próprio para esta sociedade antiga e para que nos seja possível nela penetrar pelo pensamento a qualquer momento”.

O grupo habitou o lugar, se movimentou nele, o conformou e por isso deixou marcas (INGOLD, 2012). Cada detalhe deste ambiente, por menor que seja, possui sentido para seus membros, porque as partes que ocuparam “correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade” (HALBWACHS, 2003, p. 160).

A rua José Rezende Bastos, por exemplo, apesar das muitas residências recentes, preserva três marcas da presença germânica: a casa da família Schepper

(corruptela do sobrenome Schöpf); a singela capelinha de Nossa Senhora dos Navegantes, conservada pela família Hagale Weiss, e o traçado sinuoso e estreito da via, que é o mesmo desde 1859, quando foi aberta como 'caminho da colônia'. Da mesma maneira, diversas ruas do bairro retêm rastros da sua origem nas poucas residências originais em *Backstein* remanescentes e já alteradas, com os tijolos aparentes rebocados e as janelas de madeira substituídas por peças de metal.

A Capela de Santana é outro destes indícios que nos permite um vislumbre da história e que, em momentos específicos, ainda reúne ao seu redor dezenas de descendentes dos imigrantes.

Tombada como patrimônio cultural pela Prefeitura de Juiz de Fora¹, a pequena Capela de Santana foi construída pela família Larcher em 1864. Naturais de Haiming, no Tirol, David Larcher, a esposa Anna Maria Wohlfarter e os dez filhos (um deles ainda no ventre) imigraram para o Brasil em 1858 a bordo do *Gundela*, o terceiro veleiro a deixar o porto de Hamburgo com destino à Colônia Dom Pedro II em Juiz de Fora. Esta embarcação transportou o maior grupo de colonos engajados pela Companhia União e Indústria: 289 pessoas, a maioria tirolezes. Durante a travessia do Atlântico, irromperam o tifo e outras moléstias, que se alastraram entre os passageiros. Como relatam as cartas escritas por Anton Plattner, Alois Eiterer e Georg Gruinauer (COUTO, 2016), a comida a bordo era farta, mas muito diferente daquela com a qual estavam acostumados e os enjoos marítimos agravavam a situação. Além disso, o *Gundela* enfrentou muitos momentos de calma e o veleiro, que dependia da força dos ventos para se movimentar, ficou sem impulso. Foram necessários 78 dias para vencer o percurso entre Hamburgo e o porto do Rio de Janeiro, a viagem mais longa empreendida pelos germânicos com destino a Juiz de Fora.

Durante essa travessia cheia de percalços, Anna Maria Wohlfarter, esposa de David Larcher, deu à luz ao bebê, uma menina que posteriormente foi batizada como Leonore. Os outros filhos estavam sofrendo com o tifo e, de acordo com a tradição oral, David Larcher e a esposa fizeram a promessa de construir uma capela em honra a Santa Ana, avó de Jesus, na nova propriedade no Brasil, caso chegassem a salvo.

¹ Decreto Municipal nº 9326, de 25 de setembro de 2007.

No dia 25 de julho, véspera da festa de Santa Ana, o *Gundela* atracou no Rio de Janeiro e no mesmo dia faleceu Andreas Larcher, o mais velho dentre os filhos, com 17 anos. Menos de três meses após a chegada a Juiz de Fora, faleceram mais três filhos de David e Anna Maria, incluindo a bebê Leonore, nascida durante a viagem (COUTO, 2016). Apesar de todas as dificuldades, a família Larcher honrou a promessa e construiu a Capela de Santana na Colônia Dom Pedro II.



Figura 2 – Festa de Santana na capela da colônia em 1939.
Fonte: Arquivo da Província do Rio - Congregação Redentorista.

O pequeno prédio de tijolos aparentes e telhado inclinado com duas águas permanece conservado e, nas lembranças dos moradores mais antigos, a festa em honra a padroeira tem lugar especial. A capela abria uma vez por ano, a cada 26 de julho, para a celebração da Missa e o momento se configurava como uma oportunidade de conagração entre os imigrantes e seus descendentes. A entrevistada Maria do Carmo Brandel Damasceno, descendente de David Larcher, relatou que

[...] todo dia 26 de julho juntavam a 'alemoas' velhas todas. Elas assentavam lá para encontrar a turma e só conversavam em alemão. Às 9 horas era a missa, não tinha negócio de leilão nem nada. Na capela de Santana não cabia todo mundo, sentava gente lá dentro e a maior parte ficava em pé do lado de fora. Eu era menina e, como sempre, sentava com as outras crianças no lado de fora, na escada

(DAMASCENO, 2013, informação verbal)².

Depois da celebração religiosa, era oferecido aos presentes um lanche e os festejos se estendiam até o almoço. Não apenas os quitutes enchiam os olhos de Maria do Carmo, mas também o cuidado no preparo da recepção.

A gente era criança e não ia por causa da missa, a gente ia por causa da comida. Depois tinha um café e era pra todo mundo. A Altina [esposa de um neto de David Larcher] fazia biscoito de açúcar, de rapadura, biscoito branco, fazia bolo de bicarbonato - porque não existia pó Royal -, pão doce, pão de sal, matava porco. Tudo para a festa de Santana.

[...]

Depois do café era o almoço, todo mundo ficava o dia inteirinho lá, só vinha pra casa quando estava escurecendo. Tomava café, almoçava, depois tomava café de novo. O padre tomava café e almoçava também. (DAMASCENO, 2013, informação verbal)³.

Além da Capela de Santana, outros dois imóveis remanescentes da Colônia Dom Pedro II são tombados como patrimônio cultural de Juiz de Fora: o templo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2007), construído na década de 1930, e a Igreja de São Pedro (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2002).

A construção da Igreja de São Pedro teve início em 1883, mesmo ano em que a Colônia Dom Pedro II comemorou 25 anos de fundação. Sebastian Kunz, imigrante alemão proprietário do prazo nº 108 e bisavô da entrevistada Albertina Peters Schuchter, doou boa parte de suas terras para que ali fosse erguido o templo e também instalado o cemitério. Antes do início das obras, que tiveram autorização de Dom Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides, Bispo de Mariana, foi realizado o primeiro leilão para angariar recursos para a construção, com a presença da banda de música do alemão Henrique Faulhaber (COUTO, 2018).

Em junho de 1884, foi celebrada a primeira festa em honra ao padroeiro São Pedro e a programação já incluía as atividades que a fizeram famosa por toda a cidade ao longo dos anos: o leilão de prendas doadas pelas famílias, a fogueira, a queima de fogos e a banda de música. Pouco mais de dois anos após a licença para

² Entrevista de Maria do Carmo Brandel Damasceno cedida à autora em Juiz de Fora, em agosto de 2013.

³ Entrevista de Maria do Carmo Brandel Damasceno cedida à autora em Juiz de Fora, em agosto de 2013.

sua construção, a Igreja de São Pedro estava pronta e foi abençoada em 05 de janeiro de 1886 pelo Padre Thiago Mendes Ribeiro.

A festa de São Pedro organizada na colônia era bem frequentada por toda a população de Juiz de Fora e recebeu o apelido carinhoso de 'Festa de São Pedro Alemão', em homenagem aos moradores da colônia. Albertina Peters Schuchter, bisneta do alemão doador das terras onde foi construída a igreja, se recordava que os festejos eram muito bonitos e os preparativos começavam com muitos dias de antecedência, quando angariavam as prendas para o leilão e providenciavam o preparo dos quitutes, como pães, bolos, biscoitos e frangos.

A festa de São Pedro era muito bacana, a mamãe falava "agora essa semana da festa já vou fazer nossos pães e biscoitos. Vou fazer bastante, porque vai vir muita visita". Muito tempo antes nós já estávamos pedindo prenda para pôr no leilão. As pessoas que podiam davam uma prenda melhor, outros davam umas mais baratinhas. Até mamadeira de neném dava dinheiro, porque na hora do leilão eles faziam fogo um pro outro "você não vai levar não, eu levo porque dou mais dinheiro". A festeira já fazia os assados todos antes. Naquele tempo não tinha geladeira, matava os frangos, depenava, assava tudo dentro do tacho de gordura de porco, não era óleo não. Mamãe dizia que o frango da festa era muito mais gostoso, muito mais, e vinha recheado com farofa. O papai falava "hoje é festa, leva meu almoço lá". Então a gente levava o prato de comida dele lá no leilão, para ele ficar lá e ver a renda que dava. Tinha banda de música, bonita! (SCHUCHTER, 2018, informação verbal)⁴.

Tanto Albertina quanto Maria do Carmo, nossas entrevistadas, cursaram apenas os anos primários na única escola que então existia na colônia, mas a sabedoria de vida as fazia comungar do pensamento de Halbwachs (2003, p.37), com a mais autêntica convicção de que "esquecer um período da vida é perder o contato com os que então nos rodeavam". Por isso, mantinham viva, por suas lembranças detalhadas, a companhia dos que partiram e o lugar em que nasceram e viveram toda a vida. Ao contar suas experiências de mocidade na festa de São Pedro, Maria do Carmo Brandel Damasceno se emocionou ao recordar as cocadas que a família, ao redor da cama dos pais, repartia ao voltar da igreja. Num lampejo de alegria, as memórias trouxeram brilho aos seus nonagenários olhos azuis, como se ela fosse novamente aquela mocinha, cercada do carinho e amparo familiar.

⁴ Entrevista de Albertina Peters Schuchter cedida à autora em Juiz de Fora, em abril de 2018.

Na hora de ir embora da festa, a gente comprava cinco cocadas e trazia para casa, com os 500 réis que ganhava do papai. Chegava em casa a mamãe e o papai lá na cama, deitados. A gente chegava, abria a porta que ficava fechada só com trinco, e avisava "a gente já chegou", a lamparina acesa ali. Sentava na beirada da cama da mamãe, abria o lencinho, que trazia dentro de um cartuchinho. A gente punha as cocadas dentro de um cartuchinho, amarrava no lenço e ficava segurando, para trazer pra casa. Não comia nenhuma. A mamãe falava "por que vocês não comeram?" e a gente respondia "não, nós vamos comer juntos!".

[...]

Aí sentava na beirada da cama e a mamãe partia os pedaços pra cada um, sentado tudo em volta da cama dela para comer. Depois o papai pedia um golinho de café, fumava um cigarro e cada um ia pra sua cama, que não era cama, eram dois cavaletes com umas 'taubas' assim e um colchão de palha de milho por cima. Aquilo fazia um barulho danado. (DAMASCENO, 2018, informação verbal)⁵.



Figura 3 – Festa de São Pedro na colônia – década de 1940.

Fonte: Acervo pessoal de Maria da Glória Dilly Schuchter.

A celebração do padroeiro São Pedro trazia também a oportunidade para dar início à vida amorosa. Trocando olhares, os rapazes contornavam a igreja em um sentido e as meninas no outro. Maria Perpétua Hagale Machado, neta do imigrante tirolês Johann Hagale, se recorda que "as festas de São Pedro lotavam de gente. Três ou quatro moças andavam de braços dados, rodando em volta da igreja.

⁵ Entrevista de Maria do Carmo Brandel Damasceno cedida à autora em Juiz de Fora, em abril de 2018.

Aí os rapazes olhavam. Elas passavam de novo e eles olhavam. Uma hora um chegava para conversar e assim começaram muitos casamentos.” (MACHADO, 2017, informação verbal)⁶.

Ainda hoje, desde sua primeira edição, em junho de 1884, a festa de São Pedro acontece anualmente ao redor da igreja, com exceção dos anos em que ocorreram as duas guerras mundiais e, mais recentemente, a pandemia de COVID-19. Quase 140 anos depois, este festejo continua como uma marca da presença germânica em Juiz de Fora e se configura como uma ocasião para recordar os antepassados e resgatar as lembranças.

Para nossas entrevistadas, a memória a respeito das festas de Santana e São Pedro se apresenta como o manejo coletivo dos acontecimentos e das interpretações do passado e “se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais” (POLLAK, 1989, p. 9), em um bairro que conserva cada vez menos os traços da colônia alemã.

Assim, ao recorrer à memória do grupo os descendentes dos imigrantes germânicos, como explica Halbwachs, continuam a sofrer influência desde grupo e carregam em seu “espírito tudo que permite estar à altura de se postar no ponto de vista de seus membros, de se envolver em seu ambiente e em seu próprio tempo, e se sentir no coração do grupo” (HALBWACHS, 2003, p. 146).

Histórias que atravessam gerações

No caso da Colônia Alemã Dom Pedro II, a memória e o uso da história oral têm se mostrado eficazes como ferramenta de registro das experiências vividas não apenas pelos descendentes, mas também daquelas vivenciadas pelos próprios imigrantes e que chegam a nós pela repetição destes relatos no seio da família. São imagens que pertencem ao quadro de referência familiar e que estavam ali antes mesmo que os depoentes nascessem.

Trata-se, na definição de Pollak (1992), dos “acontecimentos vividos por tabela”, isto é, as situações experimentadas pela coletividade deixam de possuir tempo e espaço delimitados e passam a pertencer a todos do grupo, ainda que parte

⁶ Entrevista de Maria Perpétua Hagale Machado cedida à autora em Juiz de Fora, em março de 2017.

dos indivíduos não tenha de fato presenciado o evento. A memória é composta por pessoas e a socialização entre elas favorece o “fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 201), que traz à tona personagens as quais os descendentes entrevistados não conheceram ou com quem não tiveram convivência.

A causa da morte do imigrante tirolês Joseph Kelmer II é uma destas memórias que permanece latente há 130 anos. Kelmer nasceu em Thaur, Tirol, em 19 de fevereiro de 1836. Exercia a profissão de ferreiro e chegou a Juiz de Fora com 22 anos, acompanhado de seus pais e irmãos.

De acordo com o relato de seus descendentes, arquivado no Instituto Teuto-Brasileiro William, certo dia, em 1892, Kelmer preparou uma junta de bois para mover um grande tronco de árvore em sua propriedade, mas os animais não conseguiram movimentá-lo. Joseph Kelmer era conhecido na comunidade por sua força física e, sozinho, deslocou o pesado pedaço de madeira. Ao final do dia, devido ao excessivo esforço, faleceu, deixando viúva a tirolesa Maria Catharina Wolf e órfãos 17 filhos, a caçula nascida poucos dias antes. Esse fato impressionou a família, que transmitiu sucessivamente essa história entre seus integrantes.

Há alguns anos, fomos contatados por uma descendente de Joseph Kelmer II, que estava em busca de informações genealógicas e informou que “papai contava que o avô dele morreu depois de tirar do caminho um tronco muito pesado”. Ela nunca havia estado em Juiz de Fora e não conhecia ninguém da família, porque seu pai, neto de Kelmer, ficou órfão ainda adolescente. Em busca de trabalho, ele se mudou para outro estado brasileiro e perdeu o contato com os familiares, mas contou à filha as condições em que o avô morreu.

Outro acontecimento, cuja memória se reproduz no seio familiar ainda hoje, é a morte de uma criança a bordo do veleiro *Gundela*. Peter Mitterhofer e Kreszenz Ruetz eram recém-casados quando imigraram para Juiz de Fora em 1858. Sua neta Maria do Carmo Ribas Dilly, em depoimento arquivado no Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly, narrou que a avó estava grávida e deu à luz durante o trajeto de Hamburgo ao porto do Rio de Janeiro, mas o bebê não resistiu às condições da viagem e faleceu. O casal, então, enrolou o corpo da pequena criança em um lençol e, após rezarem o terço, eles o sepultaram no oceano Atlântico. A neta de Kreszenz

Ruetz narrou este fato a seus filhos e netos, que hoje o contam para seus próprios netos. Em pesquisa no Arquivo Histórico da Arquidiocese de Juiz de Fora, encontramos o registro de nascimento e óbito deste bebê da família Mitterhofer. Era um menino, nascido em 29 de maio de 1858 e falecido em 05 de junho do mesmo ano, menos de um mês depois do veleiro zarpar do porto de Hamburgo em direção ao Brasil.

Esses dois relatos nos indicam que, ao evocar o próprio passado, é preciso lançar mão das memórias de outras pessoas que nos precederam, pois “não se pode apanhar um elo sem arrastar toda a corrente” (HALBWACHS, 2003, p. 120). Os dois acontecimentos – a morte de Joseph Kelmer II e do bebê da família Mitterhofer – chegaram até nós pelos relatos dos netos dessas personagens, pois a memória, como assinala Halbwachs (2003), salta uma geração. Em geral os avós passam mais tempo com os netos e têm maior oportunidade de compartilhar suas lembranças. Ao ouvir os depoimentos dos avós - ou de outro idoso - a respeito de um período, esses se fixam na memória, porque destacam a presença dessa figura naquele momento do passado.

Memórias da Infância na Colônia

As lembranças do cotidiano e da infância na colônia foram um ponto de contato entre os depoimentos das três descendentes entrevistadas. São imagens e pensamentos que formam consciências individuais, relativas a cada família, pois cada uma tem sua história. Mas essas histórias particulares possuem dados comuns e intercambiáveis, que permitem a reconstrução da memória mais ampla, que visa “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum” (POLLAK, 1989, p. 9).

Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em mim muitas das ideias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com elas. (HALBWACHS, 2003, p. 31).

Ao serem indagadas sobre o dia a dia de suas famílias, Maria Perpétua

Hagale Machado e Albertina Peters Schuchter destacaram a figura materna e narraram as habilidades de suas mães na cozinha. As duas matriarcas se dedicavam regularmente ao preparo de biscoitos e do pão alemão, cuja receita é registrada, desde 2010, como patrimônio imaterial de Juiz de Fora. O biscoito de rapadura aparece com frequência nos relatos dos descendentes dos imigrantes alemães e tirolezes. Trata-se de uma receita de *Lebkuchen*, tradicional biscoito amanteigado feito com especiarias e com *Zuckerrübensirup* (açúcar de beterraba). Sem acesso a este ingrediente no Brasil, as colonas o substituíram pela rapadura e o resultado agradou aos paladares.

Minha mãe fazia pão toda semana, cinco quilos de farinha de trigo, naquelas gamelas de madeira, e saía um pão gostoso. Fazia pão doce, fazia pãozinho redondo assim para vender na venda do papai. Fazia muito biscoito. Ela avisava "hoje nós vamos fazer biscoito", fazia aquela massa bonita e abria com uma garrafa. Fazia biscoito de rapadura. Minha mãe só sabia escrever em alemão. (SCHUCHTER, 2018, informação verbal)⁷.

Minha mãe fazia doce, pão, biscoito, diariamente tinha biscoito. Ela tinha aquele forno redondo de tijolo para assar pão. Depois que o forno estava quente, tirava as brasas para colocar as coisas para assar e aproveitava as brasas pra passar roupa. (MACHADO, 2017, informação verbal)⁸.

Além de cuidar da alimentação da família, do preparo dos alimentos e dos demais serviços domésticos, muitas mulheres na colônia faziam outros trabalhos para complementar a renda familiar. A avó, a mãe e a própria entrevistada Maria do Carmo Brandel Damasceno trabalharam como lavadeiras a vida toda. As trouxas de roupa subiam até a colônia em grandes carroções e as mulheres realizavam a lavagem no córrego, que ainda possuía as águas limpas e cristalinas. As peças eram quaradas sobre um jirau e, depois de secas, eram passadas com os pesados ferros à brasa e cuidadosamente organizadas nas trouxas. O mesmo carroção que trouxera as roupas sujas se encarregava de devolvê-las limpas aos donos (DAMASCENO, 2013, informação verbal)⁹.

Maria Perpétua Hagale Machado nos contou que sua mãe, Maria José

⁷ Entrevista de Albertina Peters Schuchter cedida à autora em Juiz de Fora, em abril de 2018.

⁸ Entrevista de Maria Perpétua Hagale Machado cedida à autora em Juiz de Fora, em março de 2017.

⁹ Entrevista de Maria do Carmo Brandel Damasceno cedida à autora em Juiz de Fora, em agosto de 2013.

Weiss Hagale, também trabalhou como lavadeira e

ela tinha duas trouxas, lavava roupa para duas famílias. Eu carreguei pra rua Dr. Romualdo, todo sábado eu levava, eu e o 'Bastião' Leier. Tinha que carregar com cuidado para não amassar. Aqui em São Pedro tinha mais de dez carroças de roupa.

[...]

Tinha umas valetas na rua, as pessoas lavavam muita roupa e tinha que ter onde escorrer a água das tinas. A gente lavava na tina e tinha tábua. Fervia roupa na lata e no tacho e usava anil pra enxaguar. Primeiro ensaboava a roupa, aí punha pra ferver, punha até soda cáustica. Depois tirava, tornava a esfregar, aí punha no quarador, que era feito de grama.

[...]

Tinha que molhar, não podia secar, se secasse manchava a roupa. Tinha que ir lá com o regador e molhar. Mas a roupa ficava uma beleza! Quando chovia a chuva ajudava. A gente tirava, enxaguava. Quando chovia por muitos dias tinha gente que até perdia a roupa, porque mofava. Quase todo mundo tinha um rancho nos fundos e um varal ali. Quando o tempo estava ruim, não lavava roupa pesada, só roupa leve. (MACHADO, 2017, informação verbal)¹⁰.

Além do trabalho como lavadeira, a mãe de Maria Perpétua também auxiliava o esposo, que fabricava linguça e a vendia na cidade.

Meu pai matava porco, fazia linguça e levava para vender na cidade. Aí a minha mãe ficava em casa, eu era bebê e, quando dava um certo tempo, ela me deixava na casa da d. Luiza Brandel [mãe da entrevistada Maria do Carmo], porque se eu chorasse ela me dava de mamar, eu sou da mesma idade do filho dela, o Zé Miaida. Minha mãe então pegava o outro balaio de linguça que ficava em casa e descia o morro onde está a Universidade hoje e ia até a rua Padre Café.

[...]

Minha mãe levava a merenda pro meu pai, ele comia e descia com o outro balaio que minha mãe tinha levado e ela voltava pra casa carregando o balaio vazio. Me pegava e subia o morro pra casa. (MACHADO, 2017, informação verbal)¹¹.

É interessante observar que as entrevistas de história oral mencionadas neste trabalho foram feitas em momentos e circunstâncias diferentes, mas as lembranças das entrevistadas se entrecruzam e uma cita a mãe da outra, o que deixa em evidência as relações sociais e os vínculos existentes no grupo. A mãe de Maria do Carmo cuidava de Maria Perpétua, ainda bebê, enquanto a mãe desta

¹⁰ Entrevista de Maria Perpétua Hagale Machado cedida à autora em Juiz de Fora, em março de 2017.

¹¹ Entrevista de Maria Perpétua Hagale Machado cedida à autora em Juiz de Fora, em março de 2017.

levava o balaio de linguiça até o pai na cidade. Na Páscoa, Maria do Carmo ganhava de d. Anna, mãe da entrevistada Albertina, um ovo de galinha cozido e pintado, tradição trazida pelos colonos alemães e tirolezes. Estas memórias atestam a afirmação de Halbwachs (2003, p. 64): “uma série de lembranças nos parece muito ligada apenas porque podemos nos colocar de novo no ponto de vista do grupo ou grupos em cujo pensamento esses estados estiveram e permaneceram em contato”.

Quando era domingo de Páscoa, a gente ia na d. Anna [mãe da entrevistada Albertina Peters Schuchter] e ganhava um ovo de Páscoa, de galinha, pintadinho. Ela botava um pedacinho de avenca e amarrava, quando tirava estava assim aquele pé de avenca direitinho, branquinho, aparecendo na cor que ela tinha pintado o ovo. Na minha madrinha eu ganhava um ovo também. (DAMASCENO, 2018, informação verbal)¹².

Outra atividade que exigia a dedicação feminina era a costura, uma vez que os itens prontos eram muito caros ou difíceis de comprar. Por isso, praticamente tudo era feito em casa e ficava sob a responsabilidade materna. As toalhas de banho, por exemplo, eram feitas com tecido reaproveitado dos grandes sacos de farinha de trigo e sal. Os colchões eram uma espécie de saco de pano recheado com palha de milho. Para cobrir, os colonos usavam uma colcha de penas, que ainda hoje é comum na Europa, como narrou Albertina Peters Schuchter:

A colcha era de pena de bicho, de ganso. A minha mãe pegava o pescoço do ganso, punha debaixo do braço assim e segurava os pés dele e arrancava as penas, para fazer coberta de pena. Até quando matava frango escaldava as penas e punha para secar. Dava umas cobertas quentinhas, boa toda vida.

[...]

Minha mãe fazia crochê e também fazia toalha de saco, para usar no banho. Ela tinha máquina de costura de mão, daquelas de manivela, e fazia roupa para a família inteira. Ela falava "meu braço está até doendo de tanto tocar a máquina". A gente era criança e dizia "deixa, mamãe, nós vamos tocar a máquina!". Ela punha a costura lá e nós batíamos a máquina pra ela. (SCHUCHTER, 2018, informação verbal)¹³.

Era comum que as mulheres da colônia costurassem para suas famílias e até mesmo seus afilhados. Maria do Carmo Brandel Damasceno se recordava, com

¹² Entrevista de Maria do Carmo Brandel Damasceno cedida à autora em Juiz de Fora, em abril de 2018.

¹³ Entrevista de Albertina Peters Schuchter cedida à autora em Juiz de Fora, em abril de 2018.

detalhes, do vestido feito pela madrinha para sua Primeira Comunhão. O calçado e a meia foram presente de um tio. Apesar da roupinha ter sido feita com carinho e zelo, ela se ressentia quando comparava seu vestido ao da irmã, uma peça comprada pronta pela avó, feita de tecido elegante, acompanhada de uma coroa de flores e um longo véu. As roupas absorvem significados simbólicos que materializam as memórias e as relações sociais (STALLYBRASS, 2008) e, mais de 80 anos depois, Maria do Carmo se lembrava não apenas da peça de vestuário, mas especialmente dos sentimentos experimentados, do desejo de se vestir como sua irmã.

Minha madrinha fez o meu vestido, não foi vestido comprado, tirou pelo feitio do vestido da filha mais velha dela. O pano a mamãe comprou, chamava 'luizinha', hoje é forro de vestido. Aqui assim na cintura ele tinha uma faixa que amarrava aquele lacinho atrás e aqui tinha três botõezinhos brancos que pareciam madrepérola.

[...]

Eu não ganhei sandália, só uma meia curtinha, que o tio André que comprou pra mim. Eu fui lá na casa dele, pra ele comprar também o meu tênis branco. Era igual um sapatinho, mas era um tênis e aqui em cima tinha uma florzinha branca, parecia de fiapinho de linha. Eu não ganhei véu e grinalda.

[...]

Minha irmã foi que nem uma noiva, porque a minha vó deu pra ela vestido de alpaca, tudo assim com aqueles desenhos brancos brilhosos, comprido, meia comprida branca, de sandália branca e o véu comprido, com aquela coroinha. Depois ela cortou o véu, para poder comungar. Meu véu foi só um pedacinho assim, sem embainhar, sem nada, só colocava na cabeça. (DAMASCENO, 2018, informação verbal)¹⁴.

Stallybrass (2008) utiliza o conceito de “sociedade de roupas” para designar um grupo social em que as roupas se revelam fundamento dos valores e das trocas, pois se tornam moeda e meio de incorporação. As peças de vestuário possuem durabilidade e por longos anos foram deixadas como herança, passadas entre gerações como um bem precioso e útil, “porque a roupa é capaz de carregar o corpo ausente, a memória, a genealogia, bem como o valor material literal”.

Recorremos a duas fotografias do acervo do Instituto Teuto-Brasileiro, apresentadas adiante, que funcionam como indício do valor que as roupas possuíam na colônia alemã em Juiz de Fora.

Na primeira imagem (à esquerda), estão Francisco Kelmer e sua noiva,

¹⁴ Entrevista de Maria do Carmo Brandel Damasceno cedida à autora em Juiz de Fora, em abril de 2018.

Anna Kirchmair. Ambos eram filhos de tirolese, a primeira geração nascida em Juiz de Fora, e se casaram por volta de 1894. A foto da direita apresenta o irmão de Anna Kirchmair, Luiz Kirchmair, e a noiva Anna Luiz Eiterer, cujo casamento foi celebrado em fevereiro de 1895 na Capela de Santana.

Ao comparar as duas fotografias, pode-se observar que Anna Luiza Eiterer utilizou o mesmo vestido, véu e grinalda que a cunhada. Baixou-se a bainha da saia, mas o adorno de ramos e flores colocado sobre ela, lembrando o feitio de um avental, foi mantido. Anna Luiza Eiterer teria usado o vestido da cunhada por ser uma peça de valor para a família Kirchmair, a qual estava se unindo por casamento, ou porque não teria condições financeiras de fazer um traje especial para suas núpcias? A resposta a esse questionamento é uma incógnita, mas essas fotografias acertadamente corroboram que “as roupas são preservadas; elas permanecem. São os corpos que as habitam que mudam” (STALLYBRASS, 2008, p. 29).



Anna Kirchmair e Francisco Kelmer



Anna Luiza Eiterer e Luiz Kirchmair

Figura 4 – A noiva Anna Luiza Eiterer (à direita) utilizou o mesmo vestido de casamento que sua cunhada, Anna Kirchmair (à esquerda).

Fonte: Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly

Visando resgatar, preservar e popularizar a história e a memória da

imigração alemã e tirolesa em Juiz de Fora, em 1967 foi criado o Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

Ao longo de 55 anos de atividades, o instituto reuniu importante acervo histórico a respeito das famílias germânicas, composto por documentos históricos originais (boa parte deles em língua alemã); fotografias; livros e manuais em alemão impressos no século XIX, além de centenas de objetos que pertenceram aos imigrantes alemães e seus descendentes, como louças, ferramentas, brinquedos, malas, roupas, entre outros itens. Esse acervo é gratuitamente disponibilizado ao público por meio de exposições temporárias fixas ou itinerantes, em parceria com outras associações culturais. Além disso, a instituição colhe depoimentos de história oral junto aos descendentes dos imigrantes, gravando-os em áudio e vídeo.

Regularmente o Instituto recebe a visita de pessoas interessadas em conhecer mais a respeito da presença germânica em Juiz de Fora. De maneira particular, os descendentes dos imigrantes procuram por informações a respeito de sua família e se surpreendem, especialmente, quando podem observar coisas que pertenceram a seus antepassados e trazem as marcas desse uso particular.

Tratamos aqui as peças sob a guarda da instituição como coisas, recorrendo o conceito de Ingold (2012), pois, ao contrário do objeto, a coisa tem vida própria, “é um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam” e é por isso que elas integram o acervo – porque pertenceram a um imigrante germânico ou a seu descendente direto e carregam essa história. Cada coisa traz as marcas de quem a usou: das mãos que manejaram as ferramentas, que amarelaram as páginas dos livros de oração e gastaram as contas do terço. Das centenas de metros de tecido que correram sobre a máquina de costura, desgastando o decalque dourado que a decorava; a foto esmaecida por ficar pendurada na parede da sala de visitas da casa, exposta à claridade. As coisas sustentam os gestos de quem as usava, “tocando os vivos com os mortos” (STALLYBRASS, 2008, p. 10). Em cada uma delas é possível verificar que “os materiais ativos da vida estão vencendo a mão morta da materialidade que tenta tolhê-los” (INGOLD, 2012, p.37).

Observar o acervo traz à lembrança antigos costumes e distinções sociais. Segundo Maurice Halbwachs (2003, p. 158), as coisas que revemos e “o lugar que encontram no conjunto nos recordam uma maneira de ser comum a muitas pessoas”, elas “não falam, mas nós as compreendemos, porque têm um sentido que

familiarmente deciframos”.

Cada peça encontra lugar no acervo por causa da história que carrega e, nas exposições organizadas pelo Instituto Teuto-Brasileiro, cada coisa é acompanhada de fotos da pessoa a quem pertenceu, depoimentos sobre sua utilização, o contexto de produção e qual a sua importância na vida comunitária na colônia alemã. São estratégias que dão sentido ao acervo, porque cada coisa permanece ligada à sua história e ao seu uso, como a ‘pipa-no-ar’ de Ingold, que só existe em seu voo.

Assim, de acordo com os conceitos apresentados por Pierre Nora (1993), o Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly pode ser considerado como lugar de memória porque, por meio do acervo histórico, ali se ancora - e pode ser apreendida pelos sentidos - a memória social da colônia germânica de Juiz de Fora. As memórias coletivas e individuais são registradas nas entrevistas de história oral e, por meio das exposições, essa identidade de lugar de memória se expressa e se declara ao revelar os processos sociais.

Considerações finais

No presente artigo, delineamos alguns aspectos do modo de vida na colônia alemã de Juiz de Fora nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, recorreremos a entrevistas feitas com três descendentes dos imigrantes, uma vez que a história oral tem se mostrado valiosa e importante ferramenta de registro e resgate dessas memórias.

Ainda que a região da antiga colônia esteja sofrendo atualmente um grande aumento demográfico, os descendentes dos colonos germânicos buscam se equilibrar nas novas condições, tentam se manter em um bairro que já não é feito para eles, mas está sobre o lugar que é deles. De maneira especial, a festa de São Pedro, realizada desde 1884, permanece como uma ocasião para recordar os antepassados e mantém-se como uma estratégia de manejo da memória coletiva.

Analisamos também o papel do acervo histórico preservado pelo Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly e sua importância na preservação da memória da colônia alemã, que o configura como lugar de memória.

Artigo recebido em 04 de janeiro de 2023.

Aprovado para publicação em 04 de março de 2023.

Referências

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral? possibilidades para além da construção do passado**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CIDADE Alta concentra mais de 40% dos projetos de construção civil aprovados pela Prefeitura em quatro anos. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 2022. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/especial-cidade-alta/cidade-alta-concentra-mais-de-40-dos-projetos-de-construcao-civil-aprovados-pela-prefeitura-em-quatro-anos/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

COUTO, Rita. **Santana: uma capela tirolesa na colônia alemã de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edição do autor, 2016, 160 p.

COUTO, Rita. **São Pedro: o coração da colônia alemã de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editar Editora, 2018, 300 p.

DAMASCENO, Maria do Carmo Brandel. [Entrevista cedida a] Rita de Cássia Lara Couto. Juiz de Fora, ago. 2013. Entrevista concedida para fins de pesquisa.

DAMASCENO, Maria do Carmo Brandel. [Entrevista cedida a] Rita de Cássia Lara Couto. Juiz de Fora, abr. 2018. Entrevista concedida para fins de pesquisa.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003, 224 p.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 18, n. 37, p. 25-44, jun. 2012.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. Economia cafeeira, crescimento populacional e manumissões onerosas e gratuitas condicionais em Juiz de Fora na segunda metade do século XX. *In*: X SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: CEDEPLAR - UFMG, 2002.

LAGE, M. P. Ferreira. **Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857.

MACHADO, Maria Perpétua Hagale. [Entrevista cedida a] Rita de Cássia Lara

Couto. Juiz de Fora, mar. 2017. Entrevista concedida para fins de pesquisa.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Decreto Nº7548, de 18 de Setembro de 2002. Dispõe sobre o tombamento do imóvel na Avenida Senhor dos Passos s/nº. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-de-fora/decreto/2002/755/7548/decreto-n-7548-2002-dispoe-sobre-o-tombamento-do-imovel-na-avenidasenhor-dos-passos-sn?q=Decreto+Municipal+n%C2%BA+7548%2C+de+18+de+setembr+o+de+2002+juiz+de+fora>. Acesso em: 09 abr. 2023.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Decreto Nº9.242, de 02 de Julho de 2007. Dispõe sobre o tombamento do imóvel que menciona. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-de-fora/decreto/2007/925/9242/decreto-n-9242-2007-dispoe-sobre-o-tombamento-do-bem-imovel-que-menciona?q=Decreto+Municipal+n%C2%BA+9242%2C+de+02+de+julho+de+2007>. Acesso em: 09 abr. 2023.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 103-130.

SCHUCHTER, Albertina Peters. [Entrevista cedida a] Rita de Cássia Lara Couto. Juiz de Fora, abr. 2018. Entrevista concedida para fins de pesquisa.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx: roupas, memória, dor**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, 112p.

STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: Prefeitura: Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 1979, 448 p.

Sobre a autoria

¹Mestrado em História (2022 – atual) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: rita.couto@estudante.ufjf.br.